

CHAPADA DIAMANTINA RECEBE OPERAÇÃO BLITZ/RONDA VERDE CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS



BAHIA GANHA FÓRUM INTERINSTITUCIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO NEGRA

Pags. 04 e 05



Idade avançada do homem também pode afetar a gestação; saiba como

Pags. 12 e 13

WWW.JORNALDOSUDOESTE.COM

Dia Nacional de Prevenção da Obesidade: A importância de hábitos saudáveis para combater a doença crônica

Pags. 10 e 11

EDITORIAL

O Jornal do Sudoeste, o JS Notícias, o Portal Jornal do Sudoeste hospedado em <http://www.jornaldosudoeste.com> e todas as demais redes sociais cujos endereços eletrônicos são identificados pela terminação "jornaldosudoeste.com", são mantidos AGÊNCIA SUDOESTE – JORNALISMO, ASSESSORIA E PESQUISAS LTDA, com sede na Praça Capitão Francisco de Souza Meira, SI 04 e 05, Centro, Brumado/BA, Brasil, CEP 46.100-155 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.607.622/0001-20

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo Santos

EDITOR EXECUTIVO/DIRETOR DE REDAÇÃO
Antônio Luiz da Silva
(77) 99838-6283 - (77) 99119-6080
editor@jornaldosudoeste.com

CHEFE DE REDAÇÃO ADJUNTA
Gabriela Oliveira de Jesus
(77) 98816-6680
reportagem@jornaldosudoeste.com

Lais da Silva Martins
Repórter oficial/Videorepórter

REPORTAGEM
Cássio Silva Bastos - (77) 99919-1997
cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496
esbraz@hotmail.com

Gabriela Costa Matias - (77) 99997-5679
gabrielacostamatias@hotmail.com

Jailton Neri dos Santos
jailtonneri@outlook.com.br

Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858
lucimaralmeidajs@gmail.com

COMUNICAÇÃO VISUAL/ ESTRATÉGIA
DIGITAL/SOCIAL MEDIA

DESIGNER GRÁFICO
Maria Cristiane da Silva
(77) 99805-3962
diagramacao@jornaldosudoeste.com

AUXILIAR/DESIGNER GRÁFICO
Guilherme Miller Teixeira Rodrigues
(77) 99103-2803
diagramacao@jornaldosudoeste.com

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
Maria Augusta dos Santos e Silva
(77) 99838-6265
augusta@jornaldosudoeste.com

COMERCIAL/ATENDIMENTO AO CLIENTE
Maíra Bernardes Pinto
(77) 99804-5635
secretaria@jornaldosudoeste.com

REDAÇÃO
(77) 99872-5689
reportagem@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com
redacao@jornaldosudoeste.com
erramos@jornaldosudoeste.com

CONTATO DIRETO – SUGESTÃO DE PAUTAS
(77) 99838-6283
(77) 98816-6680
editor@jornaldosudoeste.com
reportagem@jornaldosudoeste.com

REPRESENTANTES COMERCIAIS
Luciene Pereira Costa - (77) 98804-5661
Lucilene Pereira Costa - (77) 98809-1255
Shirley Ribeiro Alves - (77) 98801-3338

O Jornal do Sudoeste não mantém vínculo de qualquer espécie com seus colaboradores (articulistas), sendo da responsabilidade de cada um deles o conteúdo de seus textos

TRABALHO - ABONO SALARIAL

1



FOTO: FREEPIK

FORNTE: BRASIL 61
www.brasil61.com

Os trabalhadores que ainda não sacaram o abono salarial PIS-Pasep 2024 - ano-base 2022 - têm até o dia 27 de dezembro para retirarem o dinheiro referente ao benefício. Até essa data, os pagamentos vão continuar sendo feitos nos dias 15 de cada mês, ou no dia útil seguinte.

O abono salarial corresponde a um valor de até um salário-mínimo, concedido todos os anos aos trabalhadores e servidores que atendem aos requisitos do programa. De acordo com o Ministério do Trabalho, até o fim de agosto um total de R\$ 283,4 milhões do abono salarial ainda havia sido sacado.

Os valores são destinados aos trabalhadores da iniciativa privada, via PIS, e para os servidores públicos, via Pasep. Os valores para as categorias variam entre R\$ 118,00 e R\$ 1.412,00, levando em conta o número de meses trabalhados ao longo do ano-base 2022.

Quem tem direito?

O abono salarial do PIS/Pasep é pago a trabalhadores que atuam com carteira assinada e a servidores públicos que receberam salário mensal médio de até dois salários-mínimos ao longo do ano-base. Diante disso, trabalhadores rurais ou urbanos empregados por pessoa física, assim como empregadas domésticas, não recebem o benefício.

Trabalhadores e servidores públicos cadastrados no programa PIS/PASEP ou no CNIS há pelo menos cinco anos; quem recebeu até 2 salários-mínimos médios de remuneração mensal no ano-base; quem trabalhou para empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep); quem tem dados informados pelo empregador corretamente na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ou no eSocial do ano-base e quem exerceu atividade remunerada por pelo menos 30 dias, consecutivos ou não, no ano-base.

Quem não tem direito?

Trabalhadores rurais empregados por pessoa física; trabalhadores empregados por pessoa física equiparada a jurídica; trabalhadores urbanos empregados por pessoa física e empregados domésticos.

SUGIRA PAUTAS
Envie para nossos emails

- editor@jornaldosudoeste.com
- reportagem@jornaldosudoeste.com

www.jornaldosudoeste.com

ELEIÇÕES - DESRESPEITO À COTA DE GÊNERO

2

AGÊNCIA BRASIL

www.agenciabrasil.etc.com.br

Um levantamento divulgado pelo Observatório Nacional da Mulher na Política da Câmara dos Deputados mostra que a cota de 30% para candidaturas de mulheres não foi respeitada pelos partidos políticos em 700 dos 5.569 municípios, no primeiro turno das eleições municipais, realizado no dia 6 de outubro.

O resultado foi divulgado nesta quinta-feira (10) e obtido com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A pesquisa mostra que a cota não foi cumprida mais uma vez pelas legendas.

Criado em 2009, o sistema de cotas prevê a destinação de 30% das candidaturas dos partidos para mulheres. No entanto, a medida nunca foi cumprida pelos partidos.

Além das cotas para disputar o pleito, as candidaturas femininas têm direito a 30% do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV, além da mesma porcentagem na divisão de recursos no fundo para financiamento de campanhas.

Apesar disso, a pesquisa feita pelo observatório mostra que houve diminuição do número de municípios que descumpriram a cota em relação às eleições anteriores. A cota foi desrespeitada pelos partidos em 1.304 municípios nas eleições municipais de 2020.



FOTO: BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL

Fraude

Em diversas decisões recentes, o TSE cassou políticos eleitos por partidos que não cumpriram a cota de representatividade.

A fraude é realizada por meio do registro de candidaturas fictícias, cujas mulheres candidatas obtêm nenhum ou poucos votos, nem realizam gastos efetivos.

Ao inserir as falsas candidaturas, o partido simula uma situação regular e consegue registrar seus candidatos homens para concorrerem ao pleito.

Em agosto deste ano, os próprios partidos que deveriam cumprir a regra aprovaram no Congresso a chamada PEC da Anistia, proposta de emenda constitucional para anistiar a multa aplicada contra as legendas pelo não cumprimento da cota nas eleições anteriores.

MERCADO DE TRABALHO

3

AGÊNCIA BRASIL

www.agenciabrasil.etc.com.br

O Brasil terá que formar mais 2,2 milhões de novos profissionais e requalificar 11,8 milhões que já estão no mercado entre 2025 e 2027 para atender à demanda da indústria nos próximos três anos, somando 14 milhões de trabalhadores. A projeção -elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) - leva em conta o crescimento da economia e do mercado de trabalho.

Segundo o Mapa do Trabalho Industrial, entre as áreas e profissões que mais demandarão qualificação estão: logística e transporte, construção, operação industrial, manutenção e reparação e metalmeccânica.

Criação de empregos

Os 2,2 milhões de trabalhadores com nova formação deverão atender o ritmo de criação de empregos e a reposição de trabalhadores que deixarão o mercado de trabalho formal. Outros 11,8 milhões de funcionários precisarão de treinamento e desenvolvimento para atualizar as competências nas funções que já desempenham na indústria e que também são demandadas por outros setores no Brasil.

Segundo o estudo, entre as novas habilidades que precisarão ser adquiridas por trabalhadores que já atuam na indústria estão hard skills (habilidades técnicas como domínio de máquinas, equipamentos e softwares), soft skills (competências comportamentais como pensamento crítico, inteligência emocional, criatividade e inovação) e ações de saúde e segurança no trabalho.



FOTO: CN/JOSÉ PAULO LACERDA/REUTERS/RESERVADOS

Bahia ganha Fórum Interinstitucional de Promoção dos Direitos Humanos da População Negra

Iniciativa do MPBA e do PNUD visa discutir a implementação de políticas públicas contra o racismo



FOTOS: REPRODUÇÃO MPBA

MPBA
www.mpba.mp.br

O Ministério Público do Estado da Bahia, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), instituiu ontem, dia 10, o Fórum Interinstitucional de Promoção dos Direitos Humanos da População Negra, que contará com a participação de entidades governamentais e não governamentais, instituições acadêmicas e representantes da sociedade civil para discutir a implementação de políticas públicas contra o racismo na Bahia.

Durante o encontro, que aconteceu na sede do MPBA, no CAB, a representante da Organização das Nações Unidas (ONU), Aisha Sayuri Agata da Rocha, apresentou o relatório do Mecanismo Internacional de Especialistas Independentes para o Avanço da Justiça e Igualdade Racial no Contexto da Aplicação da Lei sobre o racismo contra pessoas afrodescendentes. A representante da ONU alertou sobre o uso excessivo da força policial e outras violações dos direitos humanos por agentes da lei contra pessoas africanas e afrodescendentes, e destacou que o racismo estrutural atravessa todo o Sistema de Justiça, desde as abordagens policiais até as decisões nos tribunais.

A mesa de abertura do encontro foi presidida pela promotora de Justiça Livia Vaz, titular da Promotoria de Justiça de combate ao racismo e à intolerância religiosa, juntamente ao promotor de Justiça Rogério Queiroz, coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH). Também estiveram presentes os promotores de Justiça Hugo Casciano de Santana, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública (CEOSP), e Mirella Brito, coordenadora do Núcleo do Júri (NUJ).

CIDADANIA



“A Bahia puxou uma alta de cerca de 600% de casos de injúria racial e isso se deve ao fato de termos promotorias de Justiça e órgãos especializados no combate ao racismo. O ODS-18 deve ser um horizonte importante para nós do Fórum, mas ele não pode ser pensado isoladamente. Ele precisa ser transversalizado para todos os ODS, porque mesmo 136 anos após a dita abolição da escravatura no Brasil, a raça segue sendo o principal fator determinante de todas as desigualdades e índices de violência no Brasil”, destacou a promotora. Ela ressaltou a importância da criação do Fórum para promoção dos direitos humanos da população negra e a permanência de uma sub representação da população negra nos espaços de poder: “Nós percebemos que há uma sub representação de pessoas negras no Sistema de Justiça e isso provoca um impacto na forma que atuamos ou que deixamos de atuar”.

Também esteve na mesa de abertura da criação do Fórum o promotor de Justiça Jader Santos Alves; o desembargador Livaldo Britto; o coordenador local de projetos do Pnud na Bahia, Leonel Leal Neto; a presidente da Comissão para a Promoção da Igualdade e Políticas afirmativas em questões de gênero e orientação sexual do Tribunal de Justiça da Bahia (Cogen), juíza Maria Angélica Matos; o procurador geral adjunto para assuntos administrativos do Estado, Ricardo Villaça; e a advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (seção Ba), Camila Carneiro.

“O desafio é imenso pois o racismo é estrutural e tem suas determinantes. Com a criação desse Fórum, que tem o objetivo de instituir uma rede de interlocução entre as instituições, vamos discutir políticas públicas de sucesso que possam ser implementadas na Bahia”, afirmou o promotor de Justiça Rogério Queiroz, coordenador do CAODH. Ele destacou que serão convidados representantes da sociedade civil, entidades governamentais e não governamentais, além de integrantes das universidades, para integrarem o Fórum. O evento contou ainda com a presença da defensora pública Carolina Borges; da procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT), Letícia Vieira; e do procurador do Estado, Ailton Cardozo.

Relatório do Movimento Internacional da ONU afirma que racismo no Brasil é estrutural

O relatório do Mecanismo Internacional de Especialistas Independentes para o Avanço da Justiça e Igualdade Racial apresentado durante o Fórum alerta para o aspecto estrutural do racismo no Brasil e recomenda várias medidas que os Estados devem tomar para proporcionar justiça, responsabilidade e reparação. Durante o encontro, que também contou com a participação virtual da assessora do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Acnudh), Angela Pires Terto, e da assessora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, Leva Lazareviciute, discutiu-se como a discriminação racial se demonstra no país, de forma sistêmica e generalizada.

Entre as recomendações e reformas indicadas pelo Movimento Internacional da ONU constam a necessidade de coleta sistemática de dados desagregados por raça e etnia que permitam uma melhor análise e compreensão da dimensão racial nas interações com o sistema de justiça; implementação de treinamentos obrigatórios em igualdade racial e direitos humanos para policiais e agentes do sistema de justiça; e reformulação das diretrizes sobre o uso da força, priorizando práticas menos letais e a responsabilização em casos de abusos, dentre outras ações.

O Mecanismo Internacional de Especialistas Independentes para o Avanço da Justiça e Igualdade Racial no Contexto da Aplicação da Lei foi estabelecido em julho de 2021, pelo Conselho de Direitos Humanos, para fazer recomendações sobre as medidas concretas necessárias para garantir o acesso à justiça, a responsabilização e a reparação pelo uso excessivo da força e outras violações de direitos humanos por agentes da lei contra pessoas africanas e afrodescendentes.

TRANSIÇÃO DE MANDATO: ASPECTOS LEGAIS E RESPONSABILIDADES DO PREFEITO ELEITO

FEDERAL RUBENS PEREIRA JR
sistemas@pr.comuniquesei.com.br>

No último domingo, 6 de outubro, foram eleitos os novos prefeitos de 216 dos 217 municípios do Estado, marcando o início de um período crucial de transição de mandato. Esse processo é fundamental para garantir a continuidade da gestão pública e o respeito às finanças municipais. A troca de comando exige o cumprimento de normas legais que garantem transparência e responsabilidade, permitindo que o novo prefeito assuma com pleno conhecimento da situação administrativa. Este artigo trata das questões jurídicas centrais nesse processo, como as regras de transição, os deveres do prefeito eleito e as implicações sobre licitações, contratos, convênios e leis orçamentárias.



A transição de mandato é regulamentada por diversas normas, com destaque para a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Instrução Normativa nº 80/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA). Essas regras visam garantir transparência e responsabilidade na gestão pública, protegendo a administração de compromissos indevidos que possam prejudicar o futuro governo.

Nesse contexto, a Instrução Normativa nº 80 determina a criação de uma Comissão de Transição logo após as eleições, formada por representantes tanto do governo atual quanto do prefeito eleito. Essa comissão deve assegurar que o novo gestor tenha pleno acesso às informações financeiras, contratuais e orçamentárias do município, além do quadro de pessoal e da execução patrimonial. O descumprimento dessa norma pode resultar em sanções para o prefeito em exercício e para o prefeito eleito, caso ocorram omissões que comprometam a continuidade da administração pública.

A transparência nesse processo inclui a prestação de contas ao TCE/MA, envolvendo a apresentação de relatórios sobre a execução financeira, inventários de bens e outras informações essenciais. Seguir rigorosamente a Instrução Normativa nº 80, somada à observância da LRF, é fundamental para uma transição eficiente e dentro da legalidade, evitando desorganização fiscal que possa afetar o início do novo governo.

Após a eleição, o prefeito eleito assume responsabilidades significativas, mesmo antes de sua posse. Embora ainda não possa tomar decisões administrativas, sua atuação no período de transição é vital para garantir a continuidade dos serviços públicos e evitar problemas na gestão futura.

O novo gestor deve participar ativamente da Comissão de Transição, acompanhando de perto a situação fiscal e orçamentária do município. Ele precisa avaliar cuidadosamente os contratos vigentes, as dívidas e a execução orçamentária para planejar sua administração de maneira sustentável. A omissão nesse período pode gerar complicações jurídicas e financeiras que afetarão sua gestão.

Ademais, o prefeito eleito deve ter em mente o princípio da responsabilidade fiscal, pois, a partir de sua posse, ele será o responsável por todos os atos administrativos, inclusive aqueles deixados pela gestão anterior. O planejamento correto nesse período é crucial para evitar dificul-

ARTIGO

dades na implementação de políticas públicas ou o acúmulo de dívidas imprevistas.

O período de transição exige cautela em relação a licitações e contratos. A LRF impõe restrições, como a proibição de contrair despesas que não possam ser quitadas no mesmo exercício fiscal, exceto aquelas já previstas no orçamento para o período subsequente. O objetivo é evitar que o gestor em final de mandato comprometa recursos do próximo governo com contratos desnecessários ou onerosos.

Além disso, o artigo 42 da LRF proíbe a criação de despesas nos últimos oito meses do mandato sem previsão de recursos disponíveis, o que impede que a gestão futura herde dívidas sem cobertura orçamentária. Dessa forma, qualquer licitação iniciada nesse período deve ser rigorosamente examinada, garantindo que esteja em conformidade com o interesse público e com a capacidade financeira do município.

O prefeito eleito, por sua vez, deve revisar todos os contratos vigentes que possam impactar o primeiro ano de sua gestão. Qualquer irregularidade ou inadimplência deve ser analisada juridicamente para a adoção de medidas adequadas, seja a rescisão do contrato ou sua readequação às novas condições administrativas.

No que tange aos convênios, estes são instrumentos de cooperação entre entes públicos e privados, e sua gestão durante a transição é delicada, pois muitos convênios têm prazos que ultrapassam o mandato do prefeito que os celebrou. Por isso, o novo gestor deve ter cuidado ao analisar esses acordos.

O gestor municipal deve verificar se os convênios em andamento estão cumprindo suas metas e se os recursos estão sendo usados adequadamente. O não cumprimento das obrigações previstas nos convênios pode acarretar a suspensão de repasses ou a exigência de devolução de recursos, além da inclusão do município em cadastros de inadimplência, como o Cadastro Único de Convênios (CAUC). Isso prejudicaria a obtenção de novos convênios, limitando a capacidade de investimentos e cooperação da nova gestão.

No que diz respeito ao orçamento público, a Lei Orçamentária Anual (LOA) é um dos principais instrumentos de planejamento da gestão pública e, por isso, sua análise durante a transição é crucial. O prefeito eleito deve avaliar se o orçamento proposto pela gestão anterior está alinhado com as prioridades de sua administração e se respeita os limites estabelecidos pela LRF.

A LRF também impõe limites claros para o endividamento e para os gastos com pessoal, que precisam ser rigorosamente seguidos. Um orçamento superestimado pode comprometer a execução de políticas públicas, levando a cortes de serviços essenciais ou a ajustes fiscais drásticos logo no início da nova gestão.

Além disso, é fundamental analisar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA), que orientam a execução orçamentária a médio e longo prazo. Essas ferramentas de planejamento devem ser estudadas para garantir que a nova administração esteja em conformidade com compromissos já assumidos e projetos em andamento.

Assim, concluímos que a transição de mandato é uma fase crucial para a administração pública municipal. Seguir as normas que regem esse processo, como a LRF e a Instrução Normativa nº 80/2024 do TCE/MA, é essencial para garantir que o novo governo possa iniciar sua gestão de forma organizada e responsável. O prefeito eleito deve estar ciente de suas responsabilidades e agir proativamente no processo de transição, analisando contratos, convênios e a Lei Orçamentária para assegurar a continuidade dos serviços públicos e o cumprimento das obrigações fiscais.

Ao adotar essas práticas, o novo governo garante o respeito aos princípios da administração pública, como a transparência, a eficiência e a responsabilidade na gestão dos recursos, protegendo a população de possíveis impactos negativos de uma transição mal conduzida.

RUBENS PEREIRA E SILVA JÚNIOR e SAMUEL SERRA DA SILVEIRA NETO

RUBENS PEREIRA E SILVA JÚNIOR
DEPUTADO FEDERAL/MA
MESTRE EM DIREITO CONSTITUCIONAL

SAMUEL SERRA DA SILVEIRA NETO
SECRETÁRIO ADJUNTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E NORMATIVOS/SECAP-MA
PÓS-GRADUADO EM DIREITO PÚBLICO

FOTO: DIVULGAÇÃO



Campanha da ABORL-CCF amplia o conhecimento sobre o Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem

Idealizada pelo Departamento de Foniatria da ABORL-CCF, a iniciativa terá aulas gratuitas, caminhadas e orientações online para disseminar informação sobre um problema que afeta 7,5% das crianças no mundo.

CIDIANA PELLEGRIN
cidiana.pellegrin@midiaria.com

Entre os dias 14 e 20 de outubro, o Departamento de Foniatria da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial (ABORL-CCF), em parceria com o coletivo Juntos Pelo TDL, realizará a Campanha de Conscientização sobre o Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem (TDL). Com o slogan "TDL Existe!", a ação busca sensibilizar a sociedade sobre um transtorno ainda pouco conhecido, mas que afeta milhões de crianças e adultos em todo o mundo.

O TDL é uma condição que interfere no neurodesenvolvimento e afeta diretamente a capacidade de comunicação, gerando dificuldades na fala, compreensão e na interação social e aprendizagem escolar.

De acordo com a Dra. Mônica Guerra, coordenadora da campanha e do Departamento de Foniatria da ABORL-CCF, a iniciativa visa expandir o acesso a informações sobre o transtorno. "Queremos oferecer conteúdos educativos para diferentes públicos, como pais, educadores e profissionais da saúde, disseminando conhecimento, promovendo a inclusão e o apoio às pessoas com TDL", afirma a médica.

Embora os números no Brasil ainda não sejam consolidados, estudos internacionais como o Catalise, publicado pela Associação para a Saúde Mental da Criança e do Adolescente, organização inglesa reconhecida mundialmente por publicações

SAÚDE

científicas como a Revista de Psicologia Infantil e Psiquiatria, apontam que cerca de 7,5% das crianças no mundo apresentam o TDL. A prevalência é maior que a do Transtorno do Espectro Autista, que atinge 2,8% da população infantil, segundo o Centers for Disease Control and Prevention (CDC), órgão americano referência global no tratamento do autismo.

“O CDC estima que 1 a cada 36 crianças possua o diagnóstico de autismo. Levando em conta o indicador de pesquisas internacionais sobre TDL, podemos considerar que 1 a cada 14 crianças tenha TDL”, analisa Mônica.

Programação

A campanha contará com uma série de ações, incluindo palestras, lives educativas pelo Instagram e eventos para a população. Um dos destaques serão as palestras gratuitas no dia 19 de outubro, das 8h às 13h, realizadas presencialmente em São Paulo e transmitidas para todo o Brasil, de forma online (ao vivo).

Voltado para pais, tutores, educadores e profissionais da saúde, o encontro informativo terá cinco horas de duração e reunirá especialistas em foniatria para abordar temas como o diagnóstico do TDL, suas implicações no aprendizado escolar e diagnósticos diferenciais. As inscrições são gratuitas e o cadastro para participação antecipada pode ser feito diretamente neste link: <https://aborl.entity.itarget.com.br/offers/2369/7?formCode=MGOAV3>.

Outras atividades apoiadas pela ABORL-CCF visando romper o desconhecimento em torno do transtorno, promover a inclusão de pessoas com TDL na sociedade e fortalecer o engajamento com a causa, são duas caminhadas, realizadas pelo Coletivo Juntos pelo TDL.

No domingo (13 de outubro), acontece a 1ª Caminhada Rio de Janeiro pelo TDL, às 8h30, no parque Quinta da Boa Vista, na zona central da capital carioca. Já no dia 20 de outubro, às 8h30, a mobilização será na cidade de São Paulo, no Parque Burle Marx, localizado no distrito de Vila Andrade, na região sul da capital paulista. A participação é gratuita e aberta a toda a comunidade.

Serviço

Ações ABORL-CCF | Campanha de Conscientização sobre o TDL

Caminhada TDL no Rio de Janeiro: 13/10, às 8h30, parque Quinta da Boa Vista, na capital carioca.
TDL existe: impactos do TDL no desenvolvimento infantil e diagnósticos diferenciais | 15/10, às 20h, pelo Zoom (<https://us06web.zoom.us/j/84941423826?pwd=ICHOG4nz1B5aV9qUeQ4znYxjHipvWE.1#success>)
Live TDL Existe! | 17/10, às 20h, pelo Instagram @otorrinoevoce e @aborl-ccf
Aula gratuita com especialistas: 19 de outubro, às 8h, online. Inscrições (<https://aborl.entity.itarget.com.br/offers/2369/7>).
Caminhada em São Paulo: 20/10, às 8h30, no Parque Burle Marx - região Sul da capital paulista

Sobre a ABORL-CCF

Com 75 anos de atuação entre Federação, Sociedade e Associação, a Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial (ABORL-CCF), Departamento de Otorrinolaringologia da Associação Médica Brasileira (AMB), promove o desenvolvimento da especialidade por meio de seus cursos, congressos, projetos de educação médica e intercâmbios científicos, entre outras entidades nacionais e internacionais. Busca também a defesa da especialidade e luta por melhores formas para uma remuneração justa em prol dos mais de 8.600 otorrinolaringologistas em todo o país.

**TUDO QUE VOCÊ
PRECISA, EM UM
SÓ LUGAR!**

www.jornaldosudoeste.com
@jornaldosudoeste @jornaldosudoestebahia

Js.



Dia Nacional de Prevenção da Obesidade: A importância de hábitos saudáveis para combater a doença crônica

No Dia Nacional de Prevenção da Obesidade, celebrado em 11 de outubro, a atenção se volta para a crescente prevalência dessa doença crônica e a urgência de promover hábitos saudáveis. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a obesidade está relacionada a diversas complicações, como diabetes e hipertensão, além de contribuir para milhões de mortes anuais. A nutricionista Fernanda Larralde, da Bio Mundo, ressalta que a prevenção é a melhor estratégia para enfrentar essa epidemia global.

CAROLINE SOARES
midia@clacri.com>

No dia 11 de outubro, celebra-se o Dia Nacional de Prevenção da Obesidade, uma data que destaca a crescente prevalência dessa doença crônica em todo o mundo e reforça a necessidade de promover hábitos saudáveis. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a obesidade é responsável por inúmeras complicações à saúde, como diabetes e hipertensão, e contribui para milhões de mortes anuais. Para a nutricionista Fernanda Larralde, da Bio Mundo, a prevenção é o caminho mais eficaz para lidar com essa epidemia.

“A obesidade é uma doença multifatorial, que vai além da alimentação inadequada e do sedentarismo. Questões emocionais, econômicas e até o ambiente em que a pessoa vive desempenham um papel importante no desenvolvimento da obesidade. Por isso, é fundamental tratá-la com a mesma seriedade que qualquer outra doença crônica”, explica Fernanda. Ela também salienta a importância da classificação da obesidade como doença crônica, o que amplia o olhar sobre a questão, tratando não apenas os sintomas, mas as causas, com a seriedade necessária.

Ela destaca que pequenos ajustes na rotina podem fazer uma grande diferença na prevenção do ganho de peso e no cuidado com a saúde. Para Fernanda, é essencial que se desenvolvam estratégias junto aos governos municipais, estaduais e federais para ajudar um número maior de pessoas a combater essa condição. “O que falta não é a informação, mas a sistematização e a implementação de ações efetivas para prevenir e tratar a obesidade”, complementa.

Entendendo as Causas da Obesidade

Fernanda reforça que a obesidade não deve ser vista apenas como resultado do excesso de comida. “Muitas vezes, o que está por trás do ganho de peso é uma questão emocional não resolvida. O alimento se torna uma forma de escape e conforto. Por isso, engorda-se primeiro pela mente e, em seguida, pelo corpo. É necessário olhar para a causa emocional da compulsão alimentar.”

SAÚDE

Além disso, é importante entender que as pessoas não ganham peso apenas porque “comem demais”. “A obesidade tem causas complexas que incluem fatores emocionais, sociais e econômicos. O ambiente em que a pessoa vive, o local de trabalho e até o acesso a alimentos saudáveis influenciam diretamente no comportamento alimentar”, afirma a nutricionista.

Ações Preventivas para Combater a Obesidade

Para combater a obesidade, a nutricionista sugere priorizar alimentos frescos e naturais, como frutas, legumes e grãos integrais, e evitar produtos ultraprocessados, ricos em açúcares e gorduras. “Uma dieta rica em fibras e nutrientes ajuda a controlar o apetite e a evitar picos de glicemia que levam ao acúmulo de gordura”, afirma. Além disso, hidratação e sono de qualidade também são fundamentais para o equilíbrio do corpo e o controle de peso.

A educação alimentar desde a infância também é um ponto essencial. “Crianças que aprendem a fazer escolhas saudáveis desde cedo têm menos chances de desenvolver doenças relacionadas ao excesso de peso na vida adulta”, destaca Fernanda. Ela sugere que as famílias adotem uma abordagem coletiva, envolvendo todos em práticas saudáveis.

A prevenção da obesidade vai além da estética – trata-se de garantir qualidade de vida e evitar complicações graves à saúde.

Sobre a Bio Mundo

A Bio Mundo, rede de lojas de produtos naturais e nutrição esportiva, foi fundada em 2015, em Brasília, pelo empresário Edmar Mothé ao lado dos filhos Rafael, Bruna e Adriana.

A empresa nasceu para proporcionar a melhor experiência de compra para quem busca uma alimentação balanceada. Em sua variada gama de produtos, as lojas oferecem mais de 3 mil itens incluindo produtos sem glúten, sem lactose, diet, light, integrais, orgânicos, iogurtes, sucos, alimentos congelados e refrigerados e suplementos esportivos. O setor à granel da rede é o maior do país, com mais de 300 variações entre grãos, sementes, farinhas, frutas desidratadas, oleaginosas, chás e temperos. A Bio Mundo também conta com uma linha exclusiva de encapsulados para nutrição e suplementação, desenvolvidos com criterioso padrão de qualidade.

PROTEJA SUAS CONQUISTAS, CONTE COM A **REALIZA**



Assistências que atendem
suas necessidades 24 horas
sete dias por semana.



Rua: Joana Angélica, 245 – 1º Andar – Sala 01
Sênio Clínica – Brumado – BA

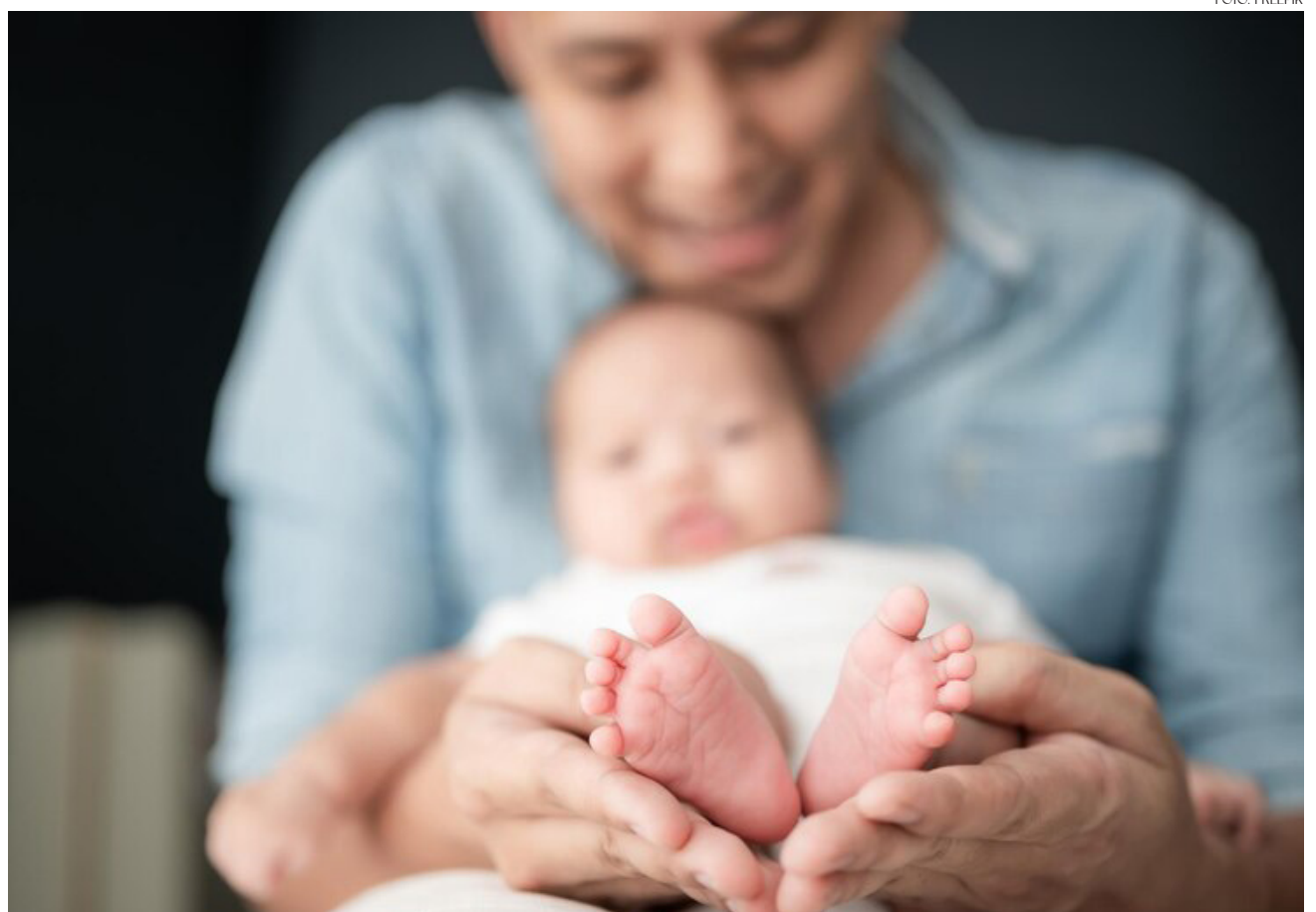
 (77) 9 9957-6500

IDADE AVANÇADA DO HOMEM TAMBÉM PODE AFETAR A GESTAÇÃO; SAIBA COMO

FOTO: FREEPIK

Estudo demonstra que cada aumento de 10 anos na idade paterna está associado a maior risco de complicações na gravidez, como parto prematuro e baixo peso ao nascer

FERNANDA BASSETTE, DA AGÊNCIA EINSTEIN
www.agenciaeinstein.com.br



Quando se fala sobre qual é a melhor idade para ter filhos, o mais comum é pensarmos na idade da mulher e em como o envelhecimento afeta as chances de ela engravidar. Mas os riscos de ter filhos em idade avançada não se aplicam somente ao sexo feminino. Uma nova pesquisa publicada no JAMA Network Open aponta que a fertilidade masculina e a qualidade do sêmen também são prejudicadas pela idade.

Para chegar a essa conclusão, os autores partiram da premissa de que a idade dos pais no parto está aumentando, com um número crescente de nascimentos atribuídos a homens mais velhos – e não somente mulheres. Contudo, ainda há poucos estudos envolvendo a paternidade de homens com mais de 50 anos e os reflexos disso na prole. Os autores então decidiram investigar os dados perinatais nos Estados Unidos entre 2011 e 2022, e se aprofundaram nos resultados de filhos de homens com mais de 50 anos.

Nesse período, os EUA registraram 46,1 milhões de nascimentos, com uma média geral de idade paterna de 31 anos. Desse total, 484 mil nascimentos (1,1%) envolviam homens com mais de 50 anos; 47 mil (0,1%) tinham pai com mais de 60 anos; e 3.777 (0,008%) eram filhos de homens com 70 anos ou mais.

Os autores compararam os desfechos dos nascimentos de filhos de pais na faixa dos 30 e na faixa dos 50 anos. Os resultados mostram que, mesmo com o controle da idade materna e de outros fatores que podem afetar a gestação, cada aumento de 10 anos na idade paterna foi consistentemente associado a um aumento de casos de complicações na gravidez. Entre eles, risco

16% maior de parto prematuro e 14% maior de baixo peso ao nascer. O trabalho mostra também um maior uso de tecnologias de reprodução assistida para conceber – duas vezes mais probabilidade do que os pais jovens.

Eles perceberam ainda que as parceiras de homens mais velhos levavam mais tempo para engravidar do que aquelas com cônjuges mais novos. Para os autores, os resultados ressaltam a importância do planejamento familiar e do aconselhamento para todos os casais que decidem ter filhos depois dos 40 anos.

Alterações genéticas

Assim como acontece com a mulher, a fertilidade masculina também diminui com a idade, agravada pelo estilo de vida e influências ambientais que diminuem a produção de testosterona pelo testículo e, por consequência, prejudica a função sexual e a qualidade da produção dos espermatozoides.

A idade avançada do homem ainda está associada à redução da concentração, motilidade e morfologia dos espermatozoides – e isso pode levar à diminuição da qualidade seminal, com o aumento da fragmentação do DNA e o maior risco de anomalias genéticas transmissíveis ao feto.

Quanto mais ciclos celulares existem na célula produtora de espermatozoides, maior o risco de ela sofrer mutações ao longo do tempo. Com o envelhecimento e a perda de mecanismos de reparação celular, essas mutações não conseguem ser naturalmen-

SAÚDE

te corrigidas. “Com isso, espermatozoides alterados começam a aparecer na ejaculação. Quando esse espermatozoide entra no óvulo, ele entrega uma qualidade genética ruim, fragmentada, com maiores riscos de mutações de genes”, explica o urologista Daniel Suslik Zylbersztein, especialista em reprodução humana do Hospital Israelita Albert Einstein.

Outras possíveis consequências são o embrião não ter força para gerar uma gravidez ou, caso ocorra, a gestação ter menos qualidade para seguir adiante, aumentando o risco de abortamento e até mesmo de doenças no feto.

Do ponto de vista materno, o conhecimento da ciência em torno das possíveis complicações de uma gestação da mulher em idade mais avançada está muito bem estabelecido e difundido e, por isso, pouco se fala sobre os riscos por trás da idade do pai. “A literatura tem muito mais estudos envolvendo a idade da mulher do que estudos que avaliam a idade paterna. Uma pesquisa básica no PubMed aponta 65 mil trabalhos envolvendo a idade da mulher, contra 5.000 trabalhos estudando a idade paterna. Isso explica por que existe uma conscientização tão grande sobre a idade materna e a saúde da prole, em comparação com os riscos da idade paterna”, compara Zylbersztein.

Para o especialista, ainda existe uma questão cultural relacionada à fertilidade masculina: o entendimento de que o homem continua produzindo sêmen por toda a vida e, por isso, pode ser pai em qualquer idade e está tudo certo. “Mas não está tudo certo.

O homem, a partir dos 35 anos, começa a ter prejuízos na qualidade dos espermatozoides. A partir dessa idade também começa, lentamente, a fragmentação do DNA, que se torna mais importante a partir dos 45 anos. Embora o homem possa ainda manter o potencial de gravidez natural por longos anos, a qualidade do sêmen não é a mesma”, ressalta.

Há estudos relacionando a idade paterna a problemas como anomalias congênitas, cânceres infantis e piores resultados perinatais. Um deles, publicado em 2018 no Journal of Assisted Reproduction and Genetics, aponta riscos relativos aumentados de várias doenças em filhos nascidos de pais acima de 40 anos: nanismo (12 vezes mais); tumor renal (2,1 vezes); retinoblastoma (5 vezes); neurofibromatose (2,9 vezes); alterações cardiológicas (2 vezes); fissura labial e fenda palatina (1,4 vez); e autismo (5,75 vezes).

Com base nessas evidências, a Associação Americana de Urologia e a Sociedade Americana de Medicina Reprodutiva recomendam aconselhar homens com 40 anos ou mais sobre esses potenciais riscos. “Temos que mudar o conceito de que só a mulher envelhece e que os problemas na gestação estão associados somente a ela”, ressalta o urologista do Einstein. “O homem também envelhece e tem limites biológicos que vão impactar na reprodução e na saúde da prole. Esse estudo [publicado no JAMA Network Open] reforça a necessidade de aumentar a conscientização dos casais que decidem ser pais em uma idade mais avançada.”

QUEM NÃO QUER VIAJAR PAGANDO BARATO?

Passagens Imperdíveis:
promoções de passagens aéreas
nacionais e internacionais

Baixe nosso aplicativo grátis: **Passagens Imperdíveis** 

ARTIGO



Dr. André Fusco

DR. ANDRÉ FUSCO É MÉDICO PSICANALISTA GRADUADO PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), TEDX SPEAKER E PROFESSOR. COMO CONSULTOR TEM ATUADO NO SUPORTE A EMPRESAS SOBRE A COMPLEXIDADE DA SAÚDE MENTAL E O SOFRIMENTO EMOCIONAL DE SEUS COLABORADORES, OBJETIVANDO A PRODUÇÃO DE RESULTADOS SUSTENTÁVEIS POR MEIO DE AMBIENTES SAUDÁVEIS. ([HTTPS://ANDREFUSCO.COMBR/](https://andrefusco.com.br/))

BURNOUT: UMA AMEAÇA CONSTANTE A TRABALHADORES EXTENUADOS E WORKAHOLICS

A humanidade vivencia hoje em dia vários problemas que são produtos da pós modernidade, e um dos mais impactantes é a síndrome de burnout. O termo muitas vezes tem sido mal interpretado porque se mistura a situações que estamos vivendo, como estilo de vida, crenças e valores que carregamos. E enfrentar novos sofrimentos demandam também os admitir. Rever a forma que organizamos nossas vidas e o trabalho não será uma tarefa fácil.

Não se pode explicar o burnout exclusivamente pelo ponto de vista fisiopatológico e apenas pelos sintomas da ansiedade, depressão ou do esgotamento. Genericamente falando, a grande questão é que ele está relacionado intimamente ao trabalho. É na atividade laboral que a pessoa vivencia a situação de se adoentar ou mesmo agravar alguma doença mental.

Mais recentemente a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu cientificamente o burnout que seria o mesmo transtorno do humor ou de ansiedade, mas com relação direta de causa ou agravamento pelo trabalho. A grande reflexão é que apesar de estar inserido no Código Internacional de Doença (CID), ele ultrapassa a definição da doença. É na verdade um conjunto de doenças mentais que são provocadas ou agravadas pelo trabalho.

É possível, por exemplo, traçar um paralelo das semelhanças históricas com a lesão do esforço repetitivo (LER) e a doença osteomuscular relacionadas ao trabalho (DORT). Porque essas patologias também foram causadas pela mudança da forma como se trabalhava tradicionalmente. Essas doenças ocupacionais aumentaram quando surgiu a digitação no computador e as pessoas começaram a ficar mais horas sentadas.

A mudança na rotina de trabalho fez com que os indivíduos comessem a ter, por exemplo, a síndrome do túnel do carpo e a epicondilite que mexeram na rotina do trabalho de digitadores, secretárias e outros trabalhadores que ficam diante dos PCs por muito tempo.

Em relação às doenças osteo musculares, aquela inflamação dolorosa que afeta os tendões, os músculos e as articulações, houve uma reação na população de que o problema era o doente, não a doença. Como antes o funcionário costumava digitar e não apresentava problemas, a tendência foi responsabilizar a vítima, inclusive atacando mais as mulheres por ter um maior número de casos. O público, porém, não fez a conta do número de horas trabalhadas que foram acrescidas com o tempo ou a intensidade diária ou com a postura inadequada por horas e as novas formas de exigir produtividade.

A partir da abordagem equivocada responsabilizando vítimas, o INSS tipificou os distúrbios como a LER/Dort [Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (DORT)], que são síndromes clínicas que afetam o sistema musculoesquelético do paciente e que tem relação de causa ou agravamento com o trabalho.

A LER/Dort de fato é a mesma síndrome do túnel do carpo, a epicondilite e a bursite comuns e demais doenças osteo musculares, mas necessariamente relacionadas ao trabalho. Essa novidade, por sinal, incentivou a contratação de profissionais de educação física e fisioterapeutas para ministrarem a ginástica laboral, aquela feita dentro dos locais de trabalho. O objetivo de estimular a ginástica laboral por trás era hipertrofiar (fortalecer) a musculatura da força de trabalho para o operador do computador resistir à carga de trabalho.

O problema se arrastou por um bom tempo até que a situação gerasse um passivo trabalhista muito grande para as empresas. Inclusive entrou nessa discussão, a ergonomia osteomuscular, que são práticas que visam o maior conforto no trabalho para a maior produtividade. Neste caso visam

ARTIGO

ajustar o ambiente de trabalho para reduzir problemas físicos, como, por exemplo, os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT).

Hoje o empregador está diante de algumas novas exigências normativas profissionais. Por exemplo, a exigência do ângulo do cotovelo e o ângulo do pescoço determinado pela altura do monitor; o digitador não pode ultrapassar a digitação de 8 mil toques (caracteres) por hora e o empresário pode até ser obrigado a trocar as cadeiras de toda sua equipe, porque precisam fornecer apoio de cotovelo para todos, além de outras disposições regulatórias.

Nesta nova fase, ao comprar uma cadeira de escritório, o produto já vem com apoio de cotovelo, a maciez adequada e com apoio para lombar. Desta forma foi consagrada a ergonomia osteomuscular, conhecimentos que previnem e tratam distúrbios osteomusculares no trabalho, ou seja, doenças que afetam os ossos, músculos, ligamentos e tendões do corpo humano. Trocamos a adaptação das pessoas ao trabalho, através da ginástica laboral, pela prevenção de adoecimento adaptando o trabalho às necessidades humanas de conforto, através da ergonomia osteomuscular.

Essa novidade, comprovou que a LER/Dort, estabelecida pelo INSS, serviu efetivamente para mobilizar a sociedade e ela deixou de observar exclusivamente o doente e começou a focar também no trabalho. Houve resistência no início, mas hoje não se discute mais. No burnout estamos repetindo a história, mas com enfoque mais amplo e também psíquico.

Uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontou que trabalhar 55 horas por semana ou mais aumenta em 35% o risco de morte por acidente vascular cerebral (AVC) e em 17% por doença cardíaca. Este estudo revelou que 745 mil pessoas morreram em 2016 de derrame e doenças cardíacas relacionadas a longas horas de trabalho. Naquele ano, de acordo com o levantamento, as doenças e lesões ligadas ao trabalho foram responsáveis pela morte de 1,9 milhão de pessoas ao redor do mundo.

Hoje, lamentavelmente estamos numa fase que ainda se estimula as pessoas a reforçarem o aparelho psíquico para aguentar a sobrecarga de trabalho. Este excesso vai além do aspecto quantitativo, porque uma abordagem muito importante do problema também é a qualitativa. Há inúmeros trabalhadores que praticam meditação, yoga, fazem boa alimentação, realizam higiene do sono e atividades físicas, que são fundamentais para todos, mas que nesse contexto, na prática, ajudam as pessoas a levarem a cabo suas tarefas ocupacionais diárias. Estamos repetindo a ginástica laboral mas agora mental. Por isso, a OIT alertou para observar o doente e colocar também o 'trabalho' nesse contexto.



Js.

**TESTEMUNHOU
UM FLAGRANTE
DE NOTÍCIA?**

Quer reclamar dos problemas da sua cidade e do seu bairro?

Quer sugerir, mandar fotos e vídeos, dar informações para uma reportagem? Fale diretamente com a redação do JS através do Whatsapp:

 [jornaldosudoeste](https://www.jornaldosudoeste.com)

 **(77) 99872-5389**

COLETIVO DE PRODUTORAS DO SUDOESTE DA BAHIA CRIA DISTRIBUIDORA DE FILMES PIONEIRA NO INTERIOR DO ESTADO

Lançada em setembro, a Umbuzeiro Filmes busca dar visibilidade e projeção a produções cinematográficas desenvolvidas no interior do país



FOTOS: ACERVO AIO3 PRODUÇÕES

AFONSO RIBAS
afonsoribass@gmail.com

Sete produtoras de cinema e audiovisual do município de Vitória da Conquista, no Sudoeste da Bahia, se uniram para criar uma distribuidora de filmes pioneira no interior do Estado. Lançada em setembro, a Umbuzeiro Filmes nasce para dar visibilidade e projeção à produção cinematográfica desenvolvida fora dos grandes centros urbanos do país, especialmente no sertão nordestino.

Para garantir que a diversidade cultural e regional do Brasil seja cada vez mais representada e reconhecida nas telas, a Umbuzeiro irá conectar diferentes filmes produzidos no interior a uma ampla gama de espaços de exibição, desde salas comerciais a cinemas de rua, escolas, bibliotecas comunitárias e outras redes socioeducativas de difusão.

A distribuidora surge em um contexto de efervescência do mercado cinematográfico no Sudoeste Baiano, terceira região do Estado com maior número de projetos culturais inscritos nos editais da Lei Paulo Gustavo Bahia. Somente no edital de produção audiovisual, foram 11 propostas classificadas na primeira chamada, incluindo dois longas-metragens: “Ambrosia: o manjar dos deuses”, dirigido por Vinícius Pessoa e produzido pela Retratos Filmes, e “Alice Lembra”, de Daniel Leite Almeida, pela Ato3 Produções.

O filme que integra a trilogia iniciada com o premiado “Alice do Anjos”, vencedor do 22º Grande Prêmio do Cinema

CULTURA

Brasileiro, é uma das produções cujos direitos de distribuição já pertencem à Umbuzeiro. Além disso, a Ato3, assim como a Retratos, fazem parte do conjunto de produtoras responsável pela criação da distribuidora, ao lado da Catingueira Filmes, Dominó Produções, Filipe Sobral Produções, Licuri Produções e Remendo Produções.

Todas elas estão sediadas na terra de Glauber Rocha. A chamada “Jóia do Sertão Baiano” se tornou um verdadeiro pólo cinematográfico no interior do Estado, impulsionado pelo curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista. A chegada da Umbuzeiro fortalece o lugar de destaque alcançado pela região na cinematografia nacional.

Ao todo, cinco filmes já tem lançamento confirmado pela distribuidora entre o segundo semestre de 2024 e 2025: “Rosa Tirana”, de Rogério Sagui; “O Silêncio das Palmas”, de Vinicius Pessoa; “A Sobrancelha é o Bigode do Olho”, de Alexandre Dacosta; “Dois Sertões” e “Os Dias Até Amanhã”, de Fabiana Leite. Todos os anúncios serão feitos em primeira mão nas redes oficiais da Umbuzeiro, que está no Instagram, TikTok, LinkedIn e YouTube.



anima

SAÚDE & BEM-ESTAR



Rua Joana Angélica, 245, Centro – 1º Andar
(Acesso por Elevador)
Brumado - BA



Telefone: (77) 9 9998-7920





DIVULGAÇÃO SIMA

CULTIVO DE AMENDOIM GANHA EFICIÊNCIA COM PRECISÃO NO MONITORAMENTO

Diante do potencial da cultura no Brasil, principalmente como alternativa na rotação, AgTech Sima amplia atuação com ferramentas que ajudam no controle de pragas e doenças

KASSIANA BONISSONI
kassiana@ruralpress.com.br

Conhecido por sua versatilidade, o amendoim a cada ano ganha mais espaço no campo. Podendo ser consumido cru ou cozido, é também um produto muito utilizado como matéria-prima de doces, bolos, bebidas e sorvetes. Além disso, a extração de seu óleo pode ser destinada às indústrias para a fabricação, por exemplo de vernizes, óleos, lubrificantes, cosméticos, tintas, inseticidas, entre outros.

Além de ser um insumo importante para a indústria, o cultivo de amendoim também ganha a cada ano protagonismo. Se destacando como opção na rotação de culturas, principalmente em áreas de reforma de cana-de-açúcar. Podendo ser mais opção de fonte de renda aos produtores, ele também contribui com o solo, deixando-o mais rico em nitrogênio, importante nutriente para o desenvolvimento das lavouras, reduzindo por exemplo, o custo com a adição de fertilizantes minerais.

Apesar de ocupar o 12º lugar na produção mundial da cultura, segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o Brasil mantém o primeiro lugar nas exportações de óleo, com 86 mil toneladas. A safra atual, está estimada em 248,2 mil hectares, sendo a segunda maior área desde do início da série histórica levantada pela Conab e a produção nacional deve totalizar 758 mil toneladas. São Paulo é o principal produtor com participação de 80% no total, seguido por Mato Grosso do Sul, com 11%. Entretanto, o cultivo avança em Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Paraná.

Diante deste enorme potencial, a AGTech Sima - Sistema integrado de monitoramento agrícola está ampliando a atuação na cultura com o objetivo de ajudar os produtores a serem ainda mais eficientes. De acordo com Felipe de Carvalho, coordenador

AGRICULTURA

da empresa no Brasil, com o auxílio de tecnologias de monitoramento, a área plantada e a produtividade podem crescer ainda mais. “Essa é uma cultura com grande potencial e vamos avançar o nosso Market share de 15% nesse mercado nos próximos meses. Já atendemos grandes grupos no Brasil e a estratégia é ampliar ainda mais”, destacou.

Precisão no monitoramento

A tecnologia da AgTech ganha espaço no campo por ser uma ferramenta simples, completa e inteligente que possibilita realizar o controle e monitoramento da lavoura de forma georreferenciada, desde o plantio até a colheita. De acordo com Carvalho, no caso específico do amendoim, a ferramenta tem ajudado produtores principalmente na identificação com precisão de doenças, com destaque para a Mancha preta ou Pinta preta, presente nas principais regiões produtoras do país. Sua ação causa redução da área foliar e queda prematura das folhas, podendo gerar perdas superiores a 50% na produtividade.

Causada pelo fungo *Cercosporidium personatum*, os sintomas dessa doença são representados por lesões pretas circulares, as quais se tornam visíveis aproximadamente após 40 a 45 dias da emergência inicial das plantas. Epidemias dela são favorecidas por períodos prolongados de molhamento foliar (igual ou superior a 10h) e temperaturas entre 20°C e 26°C.

O patógeno responsável pela ocorrência da mancha preta sobrevive em restos culturais e se dispersa através do vento, porém a dispersão desse fungo é mais rápida, fato esse que torna essa doença mais agressiva quando comparada com a mancha marrom. “No Estado de São Paulo, por exemplo, a mancha preta tem se mostrado predominante e a mais severa entre as doenças foliares do amendoim, por isso, o monitoramento se torna fundamental” diz Carvalho.

A ferramenta da Sima conta também com algumas funções inteligentes. Uma delas é que sua tecnologia permite por meio de uma simples fotografia, identificar o percentual do grau de severidade de doenças. “Desta forma, o produtor pode agir rapidamente evitando prejuízos maiores. Além disso, com poucos cliques é possível fazer o registro de um grande volume de informação com qualidade, reduzindo as necessidades de visitas ao campo”, reforçou o profissional.

Dicas de Controle

Para o controle da pinta preta, após a identificação, o produtor deve avaliar o grau de severidade. Uma recomendação é retirar os restos de cultura infectados ou contaminados do campo e enterrá-los por aração profunda no próprio campo. Outra dica é antecipar ou retardar a data da semeadura, visando evitar períodos climáticos favoráveis ao desenvolvimento do patógeno.

A doença é controlada seguindo um programa de pulverizações fungicidas a partir de 30-40 após a semeadura e aplicados a cada 14 dias, até 14 - 21 dias antes da colheita. “A nossa tecnologia está pronta e adaptada para ser uma importante aliada do produtor de amendoim. Com o controle eficiente das pragas e doenças a fazenda conseguirá ampliar sua produtividade e consequentemente vai melhorar a sua rentabilidade”, finalizou o coordenador.

Sobre


SIMA é uma AgTech que surgiu em 2014 na Argentina com o objetivo de oferecer aos produtores uma plataforma simples, completa e inteligente para monitorar, controlar e analisar dados. Hoje a empresa está presente em 8 países da América Latina e possui mais de oito milhões de hectares monitorados. Mais informações em: <https://www.sima.ag/pt>.



TAISE RODRIGUES

STUDIO
FOTOGRAFICO

(77) 98858-1020



Corrija o JS.

Encontrou um erro no JS,
por favor, nos corrija,
envie um e-mail para:

erramos@jornaldosudoeste.com

Nos ajude a continuar trabalhando com
transparência e credibilidade

www.jornaldosudoeste.com

CIDADES

CHAPADA DIAMANTINA RECEBE OPERAÇÃO BLITZ/RONDA VERDE CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

FONTE: ASCOM/INEMA

www.inema.ba.gov.br

Após o sucesso da atividade na região oeste, com alta adesão da população, chegou a hora da Chapada Diamantina receber, entre os dias 15 de outubro a 4 de novembro, a Operação Ronda Verde e a Blitz Educacional realizada pelo Programa Bahia Sem Fogo. A programação foi anunciada durante a reunião do GT do Bahia Sem Fogo – coordenada pela Secretaria do Meio Ambiente (Sema), que também analisou o balanço da primeira etapa das blitzes, a atualização dos dados meteorológicos e avaliação do cenário atual dos incêndios florestais na Bahia, bem como o alinhamento e definição de estratégias para fortalecer a logística das equipes em campo.

A blitz/ronda vai percorrer os municípios de Iraquara, Lençóis, Palmeiras, Rio de Contas e Piatã, na Chapada Diamantina, Érico Cardoso e Morporá na região oeste. O objetivo da ação é combinar fiscalização e educação, reforçando a importância da participação popular na prevenção aos incêndios florestais. As blitzes educativas vão acontecer em rodovias e praças, com apoio da Polícia Rodoviária Federal e da Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental (Cippa), da Polícia Militar, além de avenidas com grande circulação de veículos, sensibilizando motoristas e passageiros sobre os riscos de incêndios e o descarte correto de resíduos, por intermédio da distribuição de materiais didáticos de forma qualificada.



A coordenadora do programa e diretora-geral da Sema, Daniella Fernandes, destacou que a operação vai mobilizar as comunidades locais e turistas em uma verdadeira força-tarefa de preservação ambiental. “A adesão da população na caravana, que aconteceu no primeiro semestre, foi essencial. Na Chapada, esperamos contar novamente com o engajamento de todos para proteger essa região conhecida por suas paisagens deslumbrantes e biodiversidade única, um dos maiores destinos do turismo ecológico do país”, afirmou.

A diretora explica que esta fase tem o objetivo de intensificar a prevenção diante de um cenário climático desfavorável de calor intenso, tempo seco e baixa umidade do ar, condições propícias para a ocorrência de incêndios. Já as Rondas Verdes visitam comunidades rurais, alertando agricultores e jovens sobre os perigos das queimadas e realizando rondas de monitoramento nas propriedades rurais, reforçando a suspensão das Declarações de Queimadas Controladas (DQCs).

Desde agosto, uma portaria divulgada no Diário Oficial do Estado (Inema, nº 31.583), suspendeu as emissões e utilização da DQC em 178 municípios da Bahia para evitar propagação e o descontrole em áreas secas e com incidências de incêndios. A medida visa conter o uso do fogo e a ocorrência de possíveis incêndios florestais, uma vez que essas regiões têm apresentado elevados índices de focos de calor.

Ao todo, 15 municípios sediarão as Rondas de Monitoramento Preventivo e Blitzes Educativas ao longo de três meses (setembro, outubro e novembro). Além dos oito municípios dessa etapa, sete municípios da região oeste já foram contemplados (Formosa do Rio Preto, São Desidério, Barreiras, Correntina, Jaborandi, Cocos e Correntina).

GT do Bahia Sem Fogo

Além de “bater o martelo” em relação à nova ação da Blitz, o Grupo de Trabalho (GT) do Bahia Sem Fogo, composto pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídrico (Inema), das Secretarias da Saúde (Sesab) e Casa Civil, das Polícias Militar (PM), de Proteção Ambiental (Cippa) e Civil, Copo de Bombeiros Militar, Defesa Civil e BahiaTer, também realizou a avaliação de dados do programa, das condições meteorológicas e apresentações do investimento feito pelo Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente (Ferfa). A reunião aconteceu na última quarta-feira (9), na sede da Sema, no Centro Administrativo.

“Foi uma das mais importantes reuniões do GT este ano, pois foram apresentadas as resoluções aprovadas pelo Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente (Ferfa), com o aporte de três milhões em investimentos para implantação de sistema de detecção de incêndios florestais em unidades de conservação, um milhão de reais para aquisição de equipamentos de proteção individual e coletivo ainda este ano e mais de um milhão e meio de reais para compra de veículos destinados ao Corpo de Bombeiros Militar”, enfatizou a gestora Daniella Fernandes.

